

Demitir 95 mil funcionários públicos...

Para um governo em que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, incumbido de passar a lâmina da austeridade nos gastos públicos pela folha obesa do funcionalismo federal, acabou a semana pedindo socorro à polícia contra ameaças de morte que chegam à sua casa pelo telefone, a confiança que o presidente José Sarney mostrou ao fazer o primeiro balanço mensal do Plano Verão, por cadeia nacional de rádio e TV, parece mensagem de outro mundo. "Fechamos cinco ministérios, coisa inédita no Brasil, com todos os seus gabinetes, cargos em comissão, despesas de custeio etc.", disse ele, embora na véspera o Congresso Nacional tivesse deixado cair, por decurso de prazo, a primeira versão da medida provisória que regulava essas providências.

Enquanto no Gabinete Civil da presidência uma equipe trabalhava noite e dentro preparando a segunda medida do mesmo teor, Sarney assegurava à opinião pública: "Os ministérios estão fechados. Demitidos todos os que ocupavam cargos em comissão, fechamos e diminuímos mais de trinta conselhos, com a necessidade de mais de quinhentas pessoas de altos salários". Enfim, prometia aplicar a medida provisória número 33 — que, aliás, caducou sem ser substituída por outra esta semana — para estreitar em 1º de março o programa de desembarque compulsório de "pessoas desnecessárias e ociosas, que não tenham adquirido estabilidade".

Sua contradição — e é, como tudo que diz respeito ao funcionalismo público brasileiro, a começar pelos números, pois até o ministro João Batista de Abreu, principal empreiteiro desse formidável desmonte, tentou no ano passado nomear uma comissão de técnicos (outra contradição: cortar exige nomeações) para definir quanto se e como ganham os servidores da União. Desistiu, porque eram inconciliáveis os dados sobre pessoal pro-

duzidos com critérios diversos pelos ministérios do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e da Administração. Abreu tentou convocar para a tarefa de consolidação das folhas os computadores do Serpro — pretensão inviável para um ministro empenhado em espremer despesas: "O custo previsto para o serviço era astronômico", justificou um de seus assessores diretos. Puderam, o Serpro, repartição especializada no processamento de dados, portanto um produto burocrático da era dos computadores, carregar nada menos que 18.593 funcionários, quase cinco mil a mais que o IBGE, que cuida de todas as estatísticas básicas do país e emprega um grande contingente de cartógrafos.

Briga de rua — Como os números são imprestáveis para colocar na rota da exatidão os debates sobre o monstro do Serviço Público, ele sempre medido por impressões — ou seja, vale tudo. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, que ao assumir o mandato em 1987 demitiu

com o mínimo de barulho possível 40 mil funcionários públicos — a maioria sem botar ninguém na rua, porque uma simples revisão dos castros descobriu milhares de "fantasmas" acumulando ilegalmente dois ou mais empregos — pode ter equilibrado o orçamento do estado, mas não saneou seu próprio cacife político. Jereissati é um coadjuvante regional da sucessão de Sarney. Em compensação, ali perto, em Alagoas, o governador Fernando Collor de Mello, dispensando com estardalhaço 9.557 funcionários, credenciou-se para o estratagemas de popularidade e está às vésperas de se lançar como candidato à presidência da República, empunhando a faixa da moralização administrativa.

O sucesso pessoal de Collor serve de moldura à outra paradoxo do funcionalismo, essa vasta rede de alianças corporativas que, recebendo pelo governo, tem cada vez menos pudor de trabalhar publicamente contra o patrão. No dia 31 de janeiro, em

Maceió, uma passeata dos demitidos (engrossada pelos ameaçados de dispensa, pois a meta de Collor é cortar 15 salários, deixando Alagoas com 55 mil servidores) lançou mão até de coquetéis molotov para protestar contra o governador. Como se fosse legítimo descurar a legitimidade dos direitos adquiridos, num estado onde o autarquismo como o Instituto de Terras dispunha de uma verdadeira frota de 36 motoristas para dirigir o único carro da repartição — infelizmente, enguiçado.

O motim à bordo do Estado vem crescendo em volume, banalização e agressividade. Em São Luís, Maranhão, 15 mil funcionários municipais contratados irregularmente pelo prefeito Mauro Feurcy e catapultados dos cargos pela sucessora — e adversária política — Gardênia Gonçalves tentaram incendiar a sede da Prefeitura anos atrás. Em Petropolis, Rio Grande do Sul, o atual prefeito Anselmo Rodrigues anda com guardacostas para evitar tocasias por alguns dos 400 desafiados que despediu. No Rio de Janeiro,

os serviços municipais, dedicados a uma greve geral de quase cinco meses, só esta semana começaram a voltar à atividade sob ameaça de que o prefeito Marcelo Alencar cortasse o ponto dos ausentes — coisa que a ética vigente no gremismo encara como retaliação.

Nesse ambiente carregado de rebeldia que beira a violência, a cautela do ministro João Batista de Abreu, pedindo segurança extra à Polícia Federal, não fica ridícula porque ameaças de morte nessas disputas de emprego público deixaram de ser inverossímeis. Risco de constrangimento o governo corre mesmo é pelo motivo oposto — o de subestimar a capacidade de resistência do pessoal. As extinções que Sarney, na televisão, deu por consumadas indicam os quadros de três empresas, a Embraer, o Geopet e a EBTU, oficialmente em processo de liquidação até o dia 15 de abril. Isso, nos planos, exceto para apunhaçados. Entrou para o serviço público em 1967, através de concurso, para ser professora na Universidade

Dispostos a brigar no Congresso e questionar na Justiça "a inconstitucionalidade" da medida que os desempregou, eles já mostraram que a gorra da administração pública continua a ser apalpada como sinal de saúde política por mãos poderosas. "Já conseguimos mais de 350 assinaturas de deputados e senadores para que as empresas sejam mantidas", vangloria-se Flávio dos Santos, presidente da Associação dos Servidores do Geopet, um cabide com 745 vagas. De fato, o senador Maurício Corrêa, do PDT do Distrito Federal, prontificou-se a aviar um decreto legislativo que dá o dito por não dito nas promessas de Sarney. O projeto tramita em regime de urgência, empurrado por solicitações adesões.

Oposição em casa — A reação dos servidores à ordem de despejo baixada com o Plano Verão deve sua presteza e eficácia não só à simpatia que os políticos brasileiros ainda devotam à ideia de que debaixo do Erário há sombra para todos como a uma organização fincada em raízes partidárias que brotou a céu aberto no tempo em que as leis vedavam expressamente a sindicalização de funcionários. Nesse caldo criou-se a excentrica ideologia dessa "nova classe" que acha governo ruim e emprego público ótimo.

Portavoz dessa doutrina, a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Maria Laur Sales Pinheiro, socióloga filiada ao PT, resume: "O serviço público é direito do cidadão e este precisa ter maiores prestações do Estado. Nós não oferecemos esse serviço à altura em quase todas as áreas, tais como educação, saúde, previdência e transporte. Acha-os, no entanto, que o grande responsável por isso é o governo".

Ela mesma se considera um exemplo de que o governo é mau patrão, exceto para apunhaçados. Entrou para o serviço público em 1967, através de concurso, para ser professora na Universidade

...não passou de um sonho do Plano Verão

Federal do Ceará. Mas, como há dez anos mora em Brasília, acomodou-se no Ministério da Educação, postula uma transferência para a UnB e classifica de perseguição política o fato de que, desde o ano passado, pesa sobre seu currículo o perigo de que a mandem de volta para o degredo das salas de aula em Fortaleza.

Aliás, o PT, em sua nova encarnação de partido que abomina a politicagem mas começa a se esparramar por sedes de prefeituras e casas legislativas, anda embatucado entre seus ideais de moralização e a crença de que em emprego não se mexe. O deputado Luiz Inácio da Silva, candidato a presidente da República, ainda não encontrou nada melhor para dizer a respeito do descalabro do emprego estatal do que uma proposta para conter nomeações e remanejar o pessoal disponível até que a máquina se torne azeitada. Nisso, Lala é mais conciliador que o deputado Ulysses Guimarães, que apesar da farta herança de nomeações deixada em sua passagem pela presidência da Câmara, concorre na sucessão com a vaga promessa de suprimir gorduras da estrutura "adiposa" do governo. "Só assim o servidor público ganharia mais respeito e também teria melhores vencimentos, pois muitos ganhando pouco também não resolve".

Outro candidato, Mário Covas — que, por sinal, como senador, foi o único representado na sucessão de esquerda a votar contra a estabilidade dos servidores na Constituição — é um pouco mais ousado: "Ninguém faz da dispensa uma plataforma, mas a demissão faz parte de uma política de racionalidade, administrativa". Mas adversários explícitos do empregoismo, além de Collor, só conseguiram ser por enquanto os candidatos de direita, como Guilherme Afif Domingos e Jarbas Passarinho. Passarinho, por exemplo, afirma que um enxugamento radical não deveria parar nos 95.028 funcionários que, pelos cálculos do pa-



Brasília — J. França

lácio do Planalto, são demissíveis pela nova Constituição, por terem menos de cinco anos de serviço e contratação sem concurso. Os outros, mesmo estáveis, se foram ineficientes podem ser postos em disponibilidade, lembra o senador pelo PDS — mexendo num vespeiro que a maioria dos políticos trata de ignorar.

De cem mil a cinco — A lista dos quase cem mil demissíveis do ex-ministro Aluizio Alves, ao deixar a pasta da Administração, passou para o governo como uma batata quente que ninguém quer pegar é o pior fiasco do Plano Verão, em matéria de reforma administrativa. Para começar, ao fazer o decreto das demissões e em seguida trocá-lo pela falecida medida provisória 33, os autores do pacote não imaginavam chegar tão longe. Ou seja, a decisão tomada pelo presidente Sarney de demitir foi previamente entupida pela liberalidade nas nomeações que se praticou nos quatro anos ante-

riores de regime civil — os do seu governo. O professor Mário Henrique Simonsen estima que, nesse tempo, o custo do funcionalismo tenha aumentado em cerca de 3% do PIB. Quer dizer: o inchaço tem o mesmo peso que o serviço anual da dívida externa brasileira.

As cifras nesse terreno são precárias. Mas o balanço da União feito pelo ministério do Planejamento orçou esse avanço sobre os cargos públicos com eloquência comparável à de Simonsen. De 1984 até o fim do ano passado, às vésperas portanto do Plano Verão, as despesas com pessoal e encargos sociais tinham saltado de Cz\$ 9,4 bilhões para Cz\$ 3,6 trilhões. Descontada a inflação, sobra um aumento de 116%. Isso não só porque entrou muita gente na folha — os tais 95.038 representantes cerca de 12% do funcionalismo da União, — como pelos novos expedientes de multiplicação de vencimentos.

As gratificações, por exem-

plo, que se vulgarizaram a partir de 1987, elevou os contracheques dos consultores jurídicos da União em até 690%. Os auditores fiscais abocanharam extras de 400%. Funcionários especializados do Tribunal de Contas corrigiram as suas em 215%. Na Polícia Federal, empilharam-se gratificações de 200%, somando ao salário-base mistérios como a "indenização de habilitação policial" — 20%.

Com o funcionalismo cevado a tal ponto, cortá-lo via listão virou uma temeridade. Se tivesse vindo para valer, a medida provisória 33 e o rol dos demissíveis do ex-ministro Aluizio Alves talvez produzido uma anomalia burocrática talvez ligeiramente mais barata, mas sem dúvida ainda mais torta que o atual Estado brasileiro. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, inutilidade nascida em 1957 para debelar uma crise na lavoura baiana e viva 31 anos depois, perderia apenas 950 de seus 4.500 burocratas. Outra mixór-

Demitida amparada

A reforma administrativa não bateu na porta de Edine Souza Correia, 32 anos, que ficou conhecida nacionalmente por divulgar um suposto caso amoroso com o ex-presidente João Figueiredo. Funcionária demitida da extinta Secretaria de Administração Pública (Sedap), continua morando num confortável apartamento funcional de seis cômodos. Seu direito de ocupar o imóvel já terminou há quatro anos. Esse teto, pago com o dinheiro do contribuinte, permite que Edine sustente seu filho, David Márcio Correia, de 7 anos, e que ela jura ser filho de Figueiredo, com um salário de NCz\$ 150 que consegue trabalhando num salão de beleza.

dia, a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuária, despejaria 188 de seus 9.937 funcionários.

Em compensação, o Centro Técnico Espacial, onde o Ministério da Aeronáutica incuba os foguetes de lançamento de um futuro satélite made in Brazil atiraria no espaço um terço de seu pessoal (4.080). Acabaria, no Ministério da Marinha, atingido por 9.937 cortes, o projeto de construção do submarino nuclear brasileiro. A Secretaria Especial de Informática se reduziria a uma equipe de quatro pessoas. A campanha contra a febre amarela seria evaporada. Assim como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Isso para não mencionar certos azares da função, como a demissão dos técnicos Michal Gartenkrau no Ministério da Fazenda e João do Carmo do Planejamento — ambos metidos até a cabeça na montagem do Plano Verão.

Exemplo próximo — Quando alardeou na quarta-feira

passada as proezas do Plano Verão na própria casa do governo, o presidente Sarney estava embarcado numa grande meta artificial já em processo irreversível de naufrágio. As 95.028 demissões da medida número 33, Assutada com as proporções numéricas da empreitada, a equipe reformulou sua tática e graças a um parecer jurídico do consultor-geral Saulo Ramos, prepara-se para tentar no varejo e não no atacado, a política de saneamento da administração.

Segundo o documento do Saulo, contido em 11 páginas, o listão pode ser ele mesmo enxugado, se à estabilidade que a Constituição fixou em cinco anos se adicionar os anos de serviço dos funcionários que chegaram à folha da União, vindos de cargos públicos estaduais ou municipais. Com essa fórmula, a conta d'cair para algo em torno de cinco mil demissões. O suficiente, se não para aliviar as pressões de caixa, pelo menos para afrouxar o aperto político do governo. Ele

agora precisa de uma cota conveniente de demissões para provar que está cumprindo o que lhe cabe no pacote contra a inflação.

Se é pouco, para quem anunciou demissões demais, pelo menos o ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, pode exibir um exemplo bem próximo de que desta vez o santo pelo menos tentou fazer milagre em casa. Seu secretário-geral, Paulo César Ximenes, acaba de perder os postos remunerados que tinha no Conselho de Administração do Serpro e no Itaipu Binacional. A acumulação de conselhos — Sarney podou 318 dos 1.153 lugares de conselheiros na administração das estatais — era um meio muito difundido de inflar vencimentos, com funções de dedicação eventual que, fora os salários, davam aos titulares direito a passagens aéreas, diárias e hospedagens nos dias de reunião.

Sem essas vantagens, o secretário-geral Paulo César Ximenes ganha por mes NCz\$ 1 mil a menos.

Um dia no ventre do monstro

Basta um dia. Para milhares de brasileiros, é tempo suficiente para uma constatação: mais que um gigante escondido no Planalto Central, o monstro da pesada máquina administrativa do Estado é um terror que mora ao lado. Um dia em uma fila de qualquer guichê de qualquer posto de benefícios do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com seus 62 mil funcionários espalhados pelo país, basta para aprender que o Estado cuida melhor de si mesmo do que dos contribuintes que o sustentam. Um retrato 3x4 desse monstro mostra duas faces muito diferentes.

A face conhecida é a da improperação e do sofrimento. São parte dela, por exemplo, os cidadãos que acordam de madrugada para entrar em filas gigantescas e recolher no guichê alguns cruzados novos. Mesmo assim, para conseguir o benefício, têm muitas vezes que passar duas ou três vezes

pelo mesmo calvário. O auxiliar de cozinha Jorge Cruz de Oliveira, de 25 anos, conhece bem essa história: teve que voltar três vezes à Divisão de Benefícios do Glicério, no Centro de São Paulo, para descobrir que só no mês que vem poderá receber o auxílio-natalidade para seu casal de gêmeos, exatos NCz\$ 17,86 por capita. Na primeira vez, faltou um carimbo. Na segunda, um atestado médico. Na terceira, um documento do hospital onde os gêmeos nasceram. "Fico arrepiado só de pensar no sufoco que foi", desabafa Jorge.

A face oculta é a da omissão e do privilégio. A maquiagem que a encobre não engana mais ninguém. Diz a tabuleta na porta do Posto de Benefícios do INPS em Salvador que o horário de funcionamento vai de 7h30 às 12h30. Mas quem frequenta a fila sabe que o posto só abre depois das 8h e sempre fecha antes das 12h. Oficialmente o posto dispõe de

60 servidores para atender uma média de 300 pessoas por dia. Mas os segurados não conseguem resolver nada em menos de três horas.

Se a maquiagem não engana, muito menos a promessa. Garante em Brasília o diretor de administração do INPS, José Costa Vaz, que a situação dos beneficiários da Previdência no Rio de Janeiro deve melhorar. Motivo de tanto otimismo: dos 1.100 funcionários que trabalham no Rio, apenas 100 aceitam ir para Brasília com a mudança da sede do órgão para lá. Com isso, os funcionários que optaram pelo litoral irão recheiar a Superintendência Regional do Rio. Antes de ser uma solução, é esta resistência funcional mais uma faceta de um monstro cada vez mais disforme: quem é pago para servir aos beneficiários da Previdência serve onde quer, como quer e quando quer.

Olímpia, quem diria, acabou lá em Irajá

A via crucis de Olímpia Pacheco de Araújo, 47 anos, começou dois meses depois de ter sido atropelada por um ônibus, quando estava a caminho do Hospital da Aeronáutica, na Ilha do Governador, onde trabalha como enfermeira. Além de fraturar a clavícula, dona Olímpia teve que ir nua menos do que cinco vezes à Divisão do INPS de Irajá — que atende a segurados de 29 bairros da Zona Norte do Rio — para receber a ordem de pagamento do auxílio-doença.

"Agora você vai me dizer que vou ter que ir ao papa ou ao Malson da Nóbrega?", reclamou, na quinta vez, ao funcionário. Na primeira vez, ela não sabia quais eram os documentos necessários. Voltou dias depois, mas um erro no nome registrado na carteira de trabalho atrasou o processo.

Resolvida a questão, foi informada da necessidade de apresentar laudo policial do acidente. Dias depois, convinta de que voltava ao INPS pela última vez, logo se desiluiu: os funcionários exigiram seu contracheque de novembro. Quando finalmente conseguiu dar entrada no processo, soube que receberá o pagamento de auxílio-doença no Banerj do Largo do Tanque, em Jacarepaguá. "Onde fica isso?", perguntou desanimada.

Ministro de Castelo criou o INPS em 66

Para Luiz Gonzaga Nascimento Silva, 72 anos, ministro da Previdência Social de Castelo Branco e Geisel, reforma administrativa não é novidade. Em 66, o governo militar deu a ele a missão de moralizar o sistema previdenciário do país. Gonzaga tinha livre poder para extinguir departamentos, institutos e até autarquias de sua pasta. Na época, o Ministério do Trabalho e Previdência Social — chamado assim até 74, quando Previdência e Trabalho foram desmembrados por Geisel — tinha cinco institutos de benefícios que, presos ao nó burocrático, não funcionavam. "Reuni todos na mesma sigla — INPS", lembra o reformador, orgulhoso. "Consegui economizar muito dinheiro para o governo brasileiro".

Gonzaga lembra que, ao cortar as gorduras da máquina previdenciária, teve de enfrentar a resistência de alguns ministros — ele não cita quais — e dos servidores. "Quando entre-



José Roberto Serra

Além de ser atropelada, Olímpia sofreu na fila do INPS

Arquivo — 6/8/84

guei o cargo ao ministro Jarbas Passarinho, os funcionários presentes à solenidade me viaaram", recorda. "Não fiquei aborrecido, porque sabia que qualquer reforma administrativa encontra fortes adversários." As mudanças implementadas por Gonzaga incluíram a incorporação da Legião Brasileira de Assistência à Previdência Social e a criação da Dataprev. "A LBA era um apêndice, uma entidade dispersa da estrutura do governo, que não cumpria sua função social", garante. "E a Dataprev trouxe o computador para o sistema previdenciário, modernizando serviços e benefícios".

O ex-ministro de Castelo Branco e Geisel faz críticas ao governo Sarney. "Agora, as reformas só ficam no anúncio", constata. "Se eu estivesse lá, enxugaria a máquina e demitiria todo o excedente de funcionários. Em meus tempos de ministro, demiti (não se recorda de números), reduzindo o quadro de funcionários para o estritamente necessário." Praticamente esquecido, Gonzaga é advogado atuante e mantém escritório com o filho no Centro do Rio. O último cargo que ocupou no governo foi o de embaixador do Brasil na França, de 79 a 83.



Gonzaga: união e economia

Em Recife, só seis aparecem para trabalhar

Já rara de regalia e desrespeito ao contribuinte pode ser encontrada no Posto de Aposentadoria da Rua da Palma, Centro de Recife. Na terça-feira passada, a folha de ponto mostrava a seguinte aberração: dos 13 funcionários cadastrados, apenas seis compareceram ao trabalho. Pelas contas do posto, cinco servidores estavam de férias e dois simplesmente não tinham aparecido para o serviço, sem qualquer explicação. Naquela dia, além das tarefas normais — renda mensal vitalícia, aposentadoria, pensão alimentícia e orientação de segurados —, o posto teve de cuidar ainda do pagamento de ex-somenteiros.

"Eu não teria dado férias a esse pessoal se soubesse que esse período iria ter crítico", defendeu-se a chefe do posto, que não se identificou sob a alegação de que poderia ser punida por dar entrevista. Segundo ela, o número de funcionários não é suficiente para atender os beneficiários e sempre há bate-boca no salão. Pelos registros da folha de ponto, os contribuintes devem ter razão de sobra para reclamar.

Pedreiro fica na fila e não consegue nada

O pedreiro Genivaldo de Moraes, 19 anos, analfabeto, passou um mal bocado para receber auxílio-natalidade na Divisão do Glicério do INPS, em São Paulo. Enquanto amassava os documentos nas mãos, ele recebia do funcionário um formulário e explicações para voltar no dia seguinte. Em seus papéis faltava a certidão de casamento, obrigatória para quem quer receber auxílio-natalidade.

"Que papel é esse que ele me deu?", perguntou a uma das pessoas da fila depois de ter ouvido as explicações do funcionário que o atendeu. "Pensei que fosse a certidão de casamento que ele quer que eu traga", lamentou. "O que eu faço agora?", voltou a perguntar. "Eu não sei casado", disse, entre sorrisos escanhados antes de voltar para o fim da fila. "Esqueci de dizer isso para o rapaz e quero saber se tenho direito ao auxílio", explicou. Quando chegou outra vez ao guichê, Genivaldo soube que sua companheira só teria esse direito se ele a tivesse registrado como dependente antes do nascimento do bebê: 300 dias antes. É o que exigem os regulamentos.



Fotos de Cláudio Vellada

O Posto da Azenha, no Centro de Porto Alegre, é um caso exemplar de mau atendimento para segurados

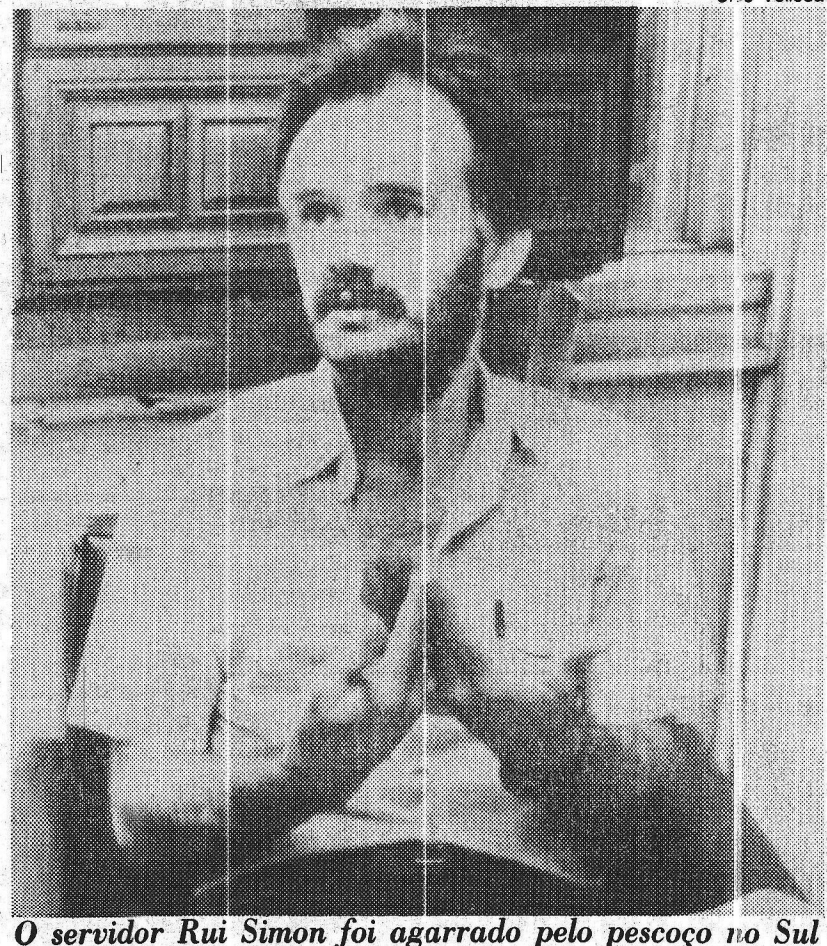


Zely Coelho tem que enfrentar fila imensa para conseguir uma autorização que lhe permita sacar NCz\$ 3,94

No Sul, abono vale o pescoço de funcionário

O servidor público Rui Simon, de 36 anos, conta apenas com a paciência para enfrentar as 230 pessoas em média que diariamente atende no Posto de Aposentadorias e Abonos do INPS em Porto Alegre. "Na semana passada, uma professora agarrou o meu pescoço porque queria receber um abono de 20% alegando que tem 25 anos de serviço. Eu tentei explicar que ela teria que esperar a aposentadoria para receber o abono", conta.

O drama de Rui, que ganha NCz\$ 360 e estuda Direito na PUC, é perfeitamente explicável: dos 10 funcionários designados para atender os pedidos de aposentadoria, seguro-invalidez, abonos e certidões, apenas quatro trabalham no horário de maior movimento. Ao todo são 36 pessoas no posto, apenas duas a mais do que em 1983, quando o número de beneficiários era menor. "Sou pago para não trabalhar", diz Rui, que se não houver melhor atendimento, a paciência do povo se esgotará. prevê o paciente funcionário, queixando-se das segundas estafas. Hája pescoço.



O servidor Rui Simon foi agarrado pelo pescoço no Sul

Um dia no ventre do monstro

Atendimento em Porto Alegre é um sacrifício

Certamente um dos postos mais precários para atendimento aos beneficiários do INPS é o da Azenha, em Porto Alegre. Lá estão lotados 17 funcionários, mas apenas sete trabalham: os outros dez foram transferidos, estão em licença médica ou em férias. Dos sete de serviço, quatro atendem ao público, e o posto fica invariavelmente com sua lotação máxima (150 pessoas). "Sabemos que os segurados são mal atendidos, mas fazemos o que dá", reconhece a chefe substituta Nara Machado.

O caso de Zely Coelho, 47 anos, separada, dá bem a ideia do que sofre um segurado no posto da Azenha. Ela tem direito a uma pensão de NCz\$ 3,94 de seu ex-marido, e para recebê-la precisa ir mensalmente ao posto, enfrentar horas na fila para conseguir uma senha e só então obter uma autorização de pagamento. "Tomou dois ônibus para vir e dois para voltar, fico debaixo de sol e de chuva, mas não deixo esse dinheiro para eles", pragueja.

Nara Machado tenta uma justificativa: "Esta é uma época de muito movimento por causa da redistribuição dos cargos dos segurados em todos os bancos, o que também está gerando muita confusão e informações desencontradas". Segundo ela, os segurados vão aos bancos e não encontram seus nomes nas listas de beneficiários. Por isso voltam e lotam o posto em busca de esclarecimentos. Só que, para obterem uma simples informação, precisam entrar em uma fila a partir de 7h30, retirar uma senha e esperar algumas horas.

A chefe substituta, que atende a contribuintes no balcão há dez anos, admite que, para fazer frente ao fluxo de segurados que diariamente lotam o posto, precisaria de, no mínimo, 30 funcionários. O acúmulo de serviço faz com que o atendimento piora ainda mais: na quinta-feira passada, estavam sendo distribuídas fichas para amanhã. No cadastro do Posto da Azenha, estão registrados 80 mil segurados.